

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 2.805, DE 2008

Dispõe sobre a divulgação à população de informações sobre os Fundos Constitucionais.

**Autor:** Deputado Silas Câmara

**Relator:** Deputado Sebastião Bala Rocha

### I - RELATÓRIO

A proposição sob parecer determina que o Poder Executivo passe a expor em locais públicos de fácil acesso, bem como a publicar nos jornais de circulação nacional, trimestralmente, *“todos os dados e informações globais relativos à programação e a execução orçamentária”*.

- do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;
- do Fundo de Valorização do Magistério;
- do Fundo Nacional de Saúde;
- do Fundo Partidário; e
- dos fundos de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Consoante a justificação da propositura, pretende-se dar maior transparência à gestão dos recursos dos fundos previstos na Constituição Federal, para que esses atinjam, efetivamente, os fins a que se destinam.

Não foram apresentadas emendas ao projeto perante este colegiado, competente para apreciar o mérito da proposta.

## II - VOTO DO RELATOR

A intenção de assegurar a publicidade das informações relativas à gestão dos recursos dos fundos constitucionais é louvável. A forma proposta, contudo, é impraticável.

É certo que a pretendida publicação, a cada trimestre, nos jornais de circulação nacional, de *“todos os dados e informações globais relativos à programação e execução orçamentária”* dos fundos citados teria custo elevadíssimo. Mas é duvidoso se dessa medida adviria algum benefício.

Não há razão para acreditar que a população se dedicaria a estudar páginas e mais páginas de demonstrativos e ainda, a partir da análise de tais dados, chegar a alguma conclusão proveitosa acerca da aplicação de recursos. À toda evidência, poucos cidadãos teriam condições de lidar com informações da espécie. E é óbvio que esses cidadãos dariam tratamento digital aos dados analisados.

Por conseguinte, o que se pode admitir é tornar obrigatório que os dados relativos aos fundos constitucionais estejam disponíveis, para consulta, na Internet. É esse o escopo do substitutivo anexo, cuja ementa aperfeiçoa a da proposição original, já que o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT não tem previsão constitucional.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2008, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado Sebastião Bala Rocha  
Relator

# **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.805, DE 2008**

Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo manterá atualizadas e disponíveis para consulta pública, pela rede mundial de computadores, todas as informações relativas à gestão dos recursos:

I – do Fundo Partidário;

II – do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

III – dos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

IV – do Fundo Nacional de Saúde – FNS;

V – dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado Sebastião Bala Rocha  
Relator